



A CIDADE DE APARECIDA E A DISPUTA TERRITORIAL: ENTRE O SAGRADO E O PROFANO.

Fernanda de Carvalho ¹
Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali ²

RESUMO

Considerando que a cidade de Aparecida (SP), enquanto um dos maiores polos de turismo religioso do Brasil, apresenta um espaço urbano marcado por disputas entre o sagrado e o profano, com forte concentração de investimentos no entorno do Santuário Nacional e marginalização de outras áreas da cidade, objetiva-se analisar como essas dinâmicas territoriais são produzidas e reproduzidas no contexto da globalização e da urbanização capitalista. Para tanto, procede-se à realização de uma pesquisa qualitativa de base teórica e empírica, com revisão bibliográfica fundamentada em Milton Santos, David Harvey e Henri Lefebvre, observações de campo e elaboração de um mapa interpretativo de Aparecida. Desse modo, observa-se que há uma centralização de fluxos turísticos e de infraestrutura na zona sagrada, ao passo que áreas residenciais e de comércio popular enfrentam exclusão e fragmentação urbana. O rio Paraíba do Sul é reconfigurado como parte do circuito sagrado, evidenciando a mercantilização do espaço religioso. Isso permite concluir que a cidade de Aparecida é palco de uma disputa territorial concreta e simbólica, onde interesses econômicos, institucionais e devocionais se sobrepõem às necessidades da população local, exigindo uma reflexão crítica sobre o planejamento urbano em contextos de fé.

Palavras-chave: Turismo religioso, Guerra dos lugares, Religiosidade, Planejamento urbano, Aparecida.

RESUMEN

Considerando que la ciudad de Aparecida (SP), como uno de los mayores polos de turismo religioso de Brasil, presenta un espacio urbano marcado por disputas entre lo sagrado y lo profano, con una fuerte concentración de inversiones en el entorno del Santuario Nacional y marginación de otras áreas de la ciudad, se objetiva analizar cómo esas dinámicas territoriales son producidas y reproducidas en el contexto de la globalización y de la urbanización capitalista. Para tanto, se procede la realización de una investigación cualitativa de base teórica y empírica, con revisión bibliográfica fundamentada en Milton Santos, David Harvey y Henri Lefebvre, observaciones de campo y elaboración de un mapa interpretativo del área central de Aparecida. De este modo, se observa que hay una centralización de flujos turísticos y de infraestructura en la zona sagrada, mientras que en las áreas residenciales y el comercio popular enfrentan exclusión y fragmentación urbana. El río Paraíba do Sul es reconfigurado como parte del circuito sagrado, evidenciando la mercantilización del espacio religioso. Esto permite concluir que la ciudad de Aparecida es escenario de una disputa territorial concreta y simbólica, donde intereses económicos, institucionales y devocionales se superponen a las necesidades de la población local, exigiendo una reflexión crítica sobre la planificación urbana en contextos de fe.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, PPGPLUR-UNIVAP, SP, fe_krvalho@yahoo.com.br

² Professora Doutora, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba, PPGPLUR-UNIVAP, SP, cidapapali@gmail.com



Palabras clave: turismo religioso, guerra de los lugares, religiosidad, planificación urbana, Aparecida.

INTRODUÇÃO

O município de Aparecida, localizado no Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo, possui sua história marcada pela religiosidade. Sua formação remonta ao ano de 1717, quando três pescadores – João Alves, Felipe Pedroso e Domingos Garcia – encontraram nas águas do Rio Paraíba do Sul uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição. O episódio, envolvido em narrativas de milagres, rapidamente se difundiu entre a população local, iniciando um processo de devoção que se tornaria um dos principais símbolos religiosos do Brasil (Brustoloni, 2010).

O primeiro espaço de culto foi improvisado na casa de Felipe Pedroso, demonstrando que a fé nasceu de um contexto popular e comunitário, antes de qualquer institucionalização oficial pela Igreja Católica. Em 1745, diante do aumento das manifestações devocionais, construiu-se a primeira capela no Morro dos Coqueiros, local que mais tarde daria origem à Basílica Velha, inaugurada em 1888. Esse período evidencia a consolidação do culto mariano como força estruturante da vida social e do território local (Alvarez, 2017).

A partir do século XIX, Aparecida começou a se projetar regionalmente como um importante centro de peregrinação. A inauguração da Estrada de Ferro do Norte em 1877 e, posteriormente, a abertura da Rodovia Presidente Dutra em 1951, ampliou o acesso ao município, integrando-o às principais rotas entre São Paulo e Rio de Janeiro. O aumento da mobilidade contribuiu para que o fluxo de romeiros se intensificasse, transformando a devoção em um fenômeno de massa.

No século XX, o crescimento das romarias evidenciou a necessidade de um espaço de maior porte para acolher os fiéis. Em 1955, iniciaram-se as obras da atual Basílica Nova, um empreendimento que, a partir de 1980, tornou-se o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida. Sua monumentalidade, considerada a segunda maior basílica católica do mundo em área construída, consolidou a cidade como destino turístico-religioso internacional (Brustoloni, 2010).

Além da Basílica, a expansão da devoção impactou diretamente no tecido urbano. Aparecida transformou-se em uma cidade orientada quase exclusivamente pela fé e pelo turismo, marcada por hotéis, pensões, estabelecimentos de artigos religiosos e estruturas de



apoio aos peregrinos. O crescimento urbano refletiu a centralidade do santuário, tornando-se um caso emblemático de como a religiosidade influencia a organização espacial.

Assim como as construções urbanas, outro elemento simbólico relevante é o Porto Itaguaçu, às margens do Rio Paraíba, local onde a imagem foi encontrada. Inicialmente espaço de memória popular, o Porto foi progressivamente incorporado ao circuito devocional oficial, reforçando o vínculo entre a natureza, a fé e a identidade local. Mais recentemente, a construção do Caminho do Rosário, conectando a Basílica ao Porto, reconfigurou a área, integrando o rio e suas margens em uma narrativa institucionalizada de peregrinação e turismo.

Dessa forma, o contexto histórico de Aparecida evidencia como a religiosidade formou o território desde sua origem. Da descoberta da imagem à monumentalidade do santuário, passando pelas transformações urbanas e pela incorporação de espaços simbólicos ao circuito turístico, observa-se que a cidade foi construída pela fé. Esse processo fornece as bases para compreender as atuais disputas territoriais entre o sagrado e o profano, uma vez que os usos do espaço urbano foram progressivamente orientados por interesses religiosos, econômicos e institucionais, muitas vezes em conflito com as necessidades da população local.

Estudar a cidade de Aparecida significa analisar um território singular, no qual a fé constitui a identidade cultural e orienta a organização urbana, os fluxos econômicos e a vida cotidiana. Diferentemente de cidades brasileiras que cresceram a partir de atividades agrícolas, industriais ou comerciais, Aparecida se desenvolveu em função de um evento religioso apropriado ao longo do tempo pela Igreja, pelo mercado e pelo Estado, tornando-se um dos principais polos de turismo religioso do país. Essa singularidade justifica seu estudo sob as lentes da geografia cultural e da geografia da religião.

Do ponto de vista científico, a análise das dinâmicas territoriais de Aparecida contribui para compreender como o espaço urbano é produzido em contextos religiosos. O caso revela as tensões entre sagrado e profano, mercantilização da fé e a seletividade de investimentos urbanos, oferecendo um campo fértil para discutir teorias de Milton Santos sobre a guerra dos lugares, David Harvey sobre a urbanização do capital e de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade. Assim, a cidade se configura como um laboratório privilegiado para observar como conceitos clássicos da geografia e do urbanismo se materializam localmente.

Sob a perspectiva social, o estudo evidencia impactos da centralização do turismo religioso na vida da população local. Se, por um lado, o Santuário Nacional atrai milhões de visitantes e gera expressiva movimentação econômica, por outro, essa concentração intensifica desigualdades, pressiona a valorização imobiliária e marginaliza bairros periféricos. Moradores de baixa renda frequentemente se veem afastados dos benefícios desse desenvolvimento,



enquanto o espaço urbano é planejado prioritariamente para atender às demandas do turismo e da devoção oficial. Compreender essas contradições é fundamental para subsidiar políticas públicas que busquem equilibrar o acolhimento ao peregrino e o direito à cidade.

A relevância cultural e simbólica de Aparecida também exige reflexão sobre apropriação e ressignificação do patrimônio religioso. O Porto Itaguaçu e o Rio Paraíba do Sul, espaços fundacionais da devoção, foram recentemente reinseridos no circuito oficial por meio do Caminho do Rosário, demonstrando como a memória popular pode ser institucionalizada e transformada em produto turístico. Problematicar essas transformações oferece subsídios para repensar a preservação de patrimônios imateriais e a relação entre identidade local, religiosidade e mercado.

Portanto, a investigação da disputa territorial em Aparecida possui dupla relevância: científica, ao dialogar com importantes referenciais da geografia e ampliar a compreensão da produção do espaço em cidades religiosas; e social, ao revelar desigualdades e tensões que atravessam o cotidiano de seus moradores, contribuindo para a formulação de políticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades locais.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a disputa territorial entre o sagrado e o profano na cidade de Aparecida, evidenciando como o turismo religioso, articulado à lógica capitalista e às dinâmicas de urbanização, produz desigualdades socioespaciais e reconfigura simbolicamente o território.

Para alcançar esse objetivo, propõem-se objetivos específicos: analisar como o Santuário concentra fluxos econômicos e turísticos, influenciando a organização urbana; identificar os impactos socioespaciais da centralidade sagrada, com ênfase na periferização e fragmentação urbana; examinar a reconfiguração simbólica do Rio Paraíba do Sul e do Porto Itaguaçu no contexto da mercantilização do sagrado; e relacionar os resultados empíricos às reflexões de Santos, Harvey e Lefebvre, sobre disputas territoriais e o direito à cidade.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa e interpretativa, baseada em revisão bibliográfica, observações de campo e análise cartográfica. Essa combinação permite articular reflexão teórica e realidade empírica, oferecendo uma reflexão crítica da disputa territorial entre sagrado e profano.

Parte-se da hipótese de que a configuração urbana de Aparecida é marcada pela centralização sagrada, em que o Santuário concentra investimentos, fluxos turísticos e infraestrutura, enquanto bairros periféricos e áreas não vinculadas à devoção oficial permanecem marginalizados. Busca-se ainda discutir a reconfiguração simbólica de espaços fundacionais, como o Porto Itaguaçu e o Rio Paraíba do Sul, recentemente incorporados ao



circuito devocional e turístico através do Caminho do Rosário, ilustrando o processo de institucionalização e mercantilização do sagrado.

Assim, Aparecida não é apenas um espaço homogêneo de fé, mas um território em disputa, onde Igreja, Estado, mercado e comunidade local se articulam e confrontam em torno do uso e significação do espaço urbano. Essa perspectiva reforça a necessidade de pensar o planejamento urbano em cidades religiosas como um campo que deve equilibrar desenvolvimento econômico, preservação cultural e direito à cidade, reconhecendo as tensões e contradições presentes na vida urbana marcada pela fé.

METODOLOGIA

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, adequada para analisar a configuração urbana de Aparecida a partir de sua dimensão simbólica, territorial e social. Essa perspectiva permite compreender os aspectos materiais do espaço, bem como as disputas e os significados atribuídos ao território por diferentes agentes. Para tanto, foram articuladas três estratégias principais: revisão bibliográfica, observações de campo e análise cartográfica, compondo uma triangulação metodológica que integra teoria e empiria.

A revisão bibliográfica concentrou-se em autores que oferecem contribuições fundamentais para a análise da produção do espaço urbano em contextos religiosos. Destaca-se Milton Santos (2020), com o conceito de guerra dos lugares, que possibilita compreender a competição entre territórios e a seletividade dos investimentos urbanos em escala global e local. Complementam essa base as reflexões de David Harvey (2013) sobre a urbanização do capital e a mercantilização dos espaços urbanos, e de Henri Lefebvre (2008) sobre a produção social do espaço e o direito à cidade.

Além desses referenciais, foram consultados trabalhos da Geografia da Religião e da Geografia Cultural, incluindo Zeny Rosendahl, Paul Claval e Yi-Fu Tuan, que analisam das interações entre espaço, religiosidade e identidade cultural. Essa fundamentação teórica foi essencial para contextualizar Aparecida em um campo mais amplo de debates sobre religiosidade e espaço urbano.

As observações de campo foram realizadas em diferentes momentos entre 2024 e 2025, com visitas a Aparecida. A ênfase inclui: Santuário Nacional e entorno imediato: análise dos fluxos de peregrinos, comércio religioso e áreas de infraestrutura turística como estacionamentos, centros de apoio, passarelas e áreas de circulação; Feira de Aparecida: espaço do cotidiano popular e comércio informal, observando a relação com a institucionalidade do



turismo religioso; Porto Itaguaçu e Caminho do Rosário: estudo da reconfiguração simbólica e da incorporação do Rio Paraíba do Sul ao circuito turístico-religioso oficial; Bairros periféricos: identificação de contrastes na distribuição de infraestrutura e serviços em relação à área central sacralizada; Infraestruturas de acesso: análise da Rodovia Presidente Dutra e da linha férrea como barreiras físicas e simbólicas que delimitam e fragmentam o território urbano.

Durante as visitas, foram registradas anotações em diário de campo e registros fotográficos, priorizando a observação da relação entre espaço sagrado, usos cotidianos e desigualdades urbanas.

Para complementar a análise empírica, elaborou-se um mapa interpretativo de Aparecida, a partir de imagens de satélite de acesso público e dados georreferenciados, utilizando o software QGIS, ferramenta empregada em análises espaciais. O mapeamento destacou: centralidade do Santuário Nacional e áreas sob sua gestão; localização de áreas comerciais, com destaque para a feira; traçado do Caminho do Rosário até o Porto Itaguaçu; principais infraestruturas de transporte; e o Rio Paraíba do Sul, como elemento simbólico e fundacional. O produto cartográfico tem caráter interpretativo e analítico, funcionando como instrumento visual para compreender a sobreposição de usos do espaço urbano e a disputa entre sagrado e profano.

Por não envolver entrevistas ou questionários com sujeitos humanos, a pesquisa não exigiu submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa. Todos os dados utilizados são de domínio público ou de observação direta. As imagens e o mapa apresentados foram produzidos pelas autoras, a partir de fontes abertas, respeitando os princípios da ética e de direito de uso de informação.

A escolha pela triangulação metodológica justifica-se pela necessidade de compreender Aparecida em suas múltiplas dimensões. Enquanto a revisão bibliográfica oferece o suporte teórico, as observações de campo captam empiricamente contrastes urbanos e disputas territoriais. O mapeamento sintetiza visualmente esses elementos, permitindo identificar padrões espaciais e hierarquias territoriais.

Assim, a combinação desses procedimentos possibilita revelar como a cidade de Aparecida é continuamente produzida e transformada pela religiosidade, pela lógica do capital e pelas disputas entre diferentes agentes, fornecendo uma base sólida para a análise apresentada nos resultados e discussões.

REFERENCIAL TEÓRICO



A compreensão da cidade de Aparecida como território em disputa exige uma base teórica capaz de articular as dimensões simbólicas, econômicas e sociais do espaço urbano. Nesse sentido, três autores constituem referenciais centrais deste estudo: Milton Santos, com o conceito de guerra dos lugares e sua crítica à globalização; David Harvey, ao evidenciar a urbanização como expressão do capital e da mercantilização do espaço; e Henri Lefebvre, com concepção do espaço como produto social e a defesa do direito à cidade. Complementarmente, as contribuições da Geografia Cultural, sobretudo Zeny Rosendahl, Yi-Fu Tuan, Paul Claval, oferecem instrumentos para analisar a religiosidade como prática espacial e cultural.

Milton Santos (2020) destaca que o espaço geográfico não é apenas cenário da vida social, mas um elemento ativo na reprodução do capital e das relações sociais. Dotado de natureza técnica, social e simbólica torna-se chave para compreender as contradições da globalização. Sua contribuição para este estudo é o conceito de guerra dos lugares, que sintetiza a competição entre territórios pela atração de fluxos, investimentos e visibilidade. Essa disputa, intensificada pela globalização, ocorre de maneira desigual: locais dotados de infraestrutura técnica e informacional competem com vantagem, enquanto outros permanecem subordinados ou marginalizados.

A lógica da guerra dos lugares produz uma geografia marcada por desigualdades socioespaciais. Enquanto áreas centrais concentram investimentos, as periferias, internas ou externas, vivenciam processos de exclusão. Para Santos (2020), trata-se de um dos aspectos mais perversos da globalização, pois aprofunda a lógica centro-periferia e restringe o direito à cidade a determinados grupos sociais.

No caso de Aparecida, essa leitura revela que o Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida opera como território “vencedor” nessa disputa. Ele centraliza investimentos públicos e privados, atrai milhões de peregrinos, dispõe de infraestrutura moderna e projeta a cidade em escala nacional e internacional. Em contrapartida, bairros periféricos e áreas residenciais populares, invisibilizados no planejamento urbano, permanecem com déficits de infraestrutura, saneamento e serviços básicos. Essa seletividade espacial também se manifesta na especulação imobiliária: o turismo religioso valoriza terras próximas ao Santuário e pressiona populações de baixa renda, intensificando processos de segregação. Assim, a análise de Santos (2020) permite compreender que a disputa entre sagrado e profano em Aparecida é, ao mesmo tempo, simbólica, econômica e territorial.

Se Santos (2020) ilumina a seletividade espacial e a lógica da guerra dos lugares, David Harvey (2006) amplia essa análise ao evidenciar como a urbanização em si se converte em mecanismo de acumulação de capital. Para o autor, a cidade não é apenas palco da vida social,



mas instrumento que absorve excedentes de capital por meio de obras públicas, especulação imobiliária e remodelações urbanas. Nessas circunstâncias, a urbanização torna-se “escape” para crises de superacumulação, embora de forma seletiva e excludente.

Aplicando a Aparecida, essa perspectiva revela como a urbanização orientada pelo turismo religioso cumpre papel econômico estratégico. O entorno do Santuário recebe investimentos constantes em mobilidade, infraestrutura turística e paisagismo, fortalecendo sua centralidade. Já áreas periféricas permanecem à margem, confirmando a seletividade da urbanização. Além disso, Harvey (2013) alerta para a mercantilização do espaço urbano, fenômeno claramente visível em Aparecida: a fé mariana, originalmente popular, é institucionalizada como produto turístico. A feira de Aparecida, o Porto Itaguaçu e o Caminho do Rosário são exemplos de espaços simbólicos reconfigurados para atender à lógica do consumo e do espetáculo religioso.

Outro ponto central em Harvey (2013) é a noção de direito à cidade, elaborada a partir de Lefebvre. Esse direito não se restringe ao acesso à infraestrutura, mas implica participação ativa na produção do espaço. Em Aparecida, entretanto, a primazia do turismo religioso e da especulação imobiliária contrasta com a ausência de políticas voltadas às necessidades da população residente. Os peregrinos vivenciam a cidade de forma efêmera, enquanto os moradores enfrentam de modo permanente desigualdades territoriais e o aumento do custo de vida.

Nesse ponto, a contribuição de Henri Lefebvre (2006) se torna essencial. Para ele, o espaço é produto social, construído por práticas, representações e relações de poder. Sua tríade analítica, espaço concebido, percebido e vivido, amplia o horizonte da análise. Em Aparecida, o espaço concebido é representado pelas intervenções da Igreja e do Estado, que converte a cidade para o turismo de massa; o espaço percebido manifesta-se nas práticas cotidianas de romeiros e feirantes; e o espaço vivido corresponde à dimensão simbólica da fé e à identidade dos moradores. Essa leitura evidencia que a disputa entre sagrado e profano não é apenas dual, mas envolve múltiplos agentes, racionalidades e temporalidades.

A Feira de Aparecida, por exemplo, expressa bem essa tensão. Historicamente ligada ao profano e à espontaneidade popular, ela é regulada por interesses institucionais e turísticos, revelando o embate entre uso e troca, espontaneidade e planejamento. Essa contradição é central na teoria de Lefebvre (2008), que associa o direito à cidade à defesa do espaço como obra coletiva, e não como mercadoria. No contexto de Aparecida, a produção do espaço urbano privilegia o turismo religioso e reforça desigualdades, limitando o direito dos moradores de participar efetivamente do processo de planejamento.



A relação com a Geografia Cultural reforça essas análises. Zeny Rosendahl (2008) evidência como a religião territorializa-se, produzindo centralidades e marcando paisagens. Em Aparecida, o Santuário Nacional é núcleo simbólico e territorial que organiza fluxos e práticas em escala nacional. Yi-Fu Tuan (1980), ao desenvolver a noção de topofilia, mostra como o vínculo afetivo entre pessoas e lugares explica a mobilização de milhões de romeiros: mais que consumo turístico, trata-se de uma relação simbólica e devocional com o território. Já Paul Claval (1999) enfatiza o papel da religião como força cultural capaz de estruturar identidades coletivas e influenciar diretamente as práticas sociais e econômicas.

O diálogo entre Santos, Harvey, Lefebvre, articulando às contribuições de Rosendahl, Tuan e Claval oferecem um quadro analítico para compreender Aparecida. Com Santos (2020), observa-se a guerra dos lugares e a seletividade espacial; com Harvey, a urbanização do capital e mercantilizando a fé; com Lefebvre, a concepção do espaço como produto social e a centralidade do direito à cidade; com os geógrafos culturais, a dimensão simbólica e afetiva da religiosidade.

A cidade de Aparecida, portanto, constitui um laboratório empírico para analisar a relações entre religião, território e urbanização. Ela expressa a tensão entre sagrado e profano, fé e mercado, uso e troca, evidenciando que a produção do espaço religioso-turístico é também disputa simbólica, econômica e política. Esse referencial teórico sustenta a análise empírica desenvolvida neste estudo e orienta a interpretação das disputas territoriais que marcam a cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os principais achados da pesquisa, articulando observações de campo, análise cartográfica e referencial teórico. O mapa elaborado evidencia a configuração espacial de Aparecida, destacando a concentração de fluxos comerciais, turísticos e religiosos no entorno do Santuário Nacional, ao mesmo tempo em que revela áreas periféricas e residenciais menos favorecidas pela dinâmica urbana.

O mapa, imagem 1, foi construído a partir da combinação de observações em campo com dados secundários. Para a delimitação da zona residencial, utilizou-se o zoneamento urbano disponibilizado no Plano Diretor Municipal de Aparecida (2021), enquanto os pontos de comércio foram extraídos da base Pontos de Interesse (Points of Interest – POI) do OpenStreetMap (2025), que reúne estabelecimentos formais registrados com CNPJ. Contudo, essa base não contempla a diversidade do comércio que caracteriza Aparecida. Além dos

estabelecimentos formalizados, existem as lojas não registradas, que operam de forma fixa, mas à margem da formalidade; o comércio informal regulamentado pela prefeitura, composto por ambulantes e barracas autorizadas; e o comércio informal não registrado, formado por vendedores itinerantes que ocupam os fluxos de romeiros de maneira precária. Essas diferentes camadas de formalização, ausentes nos dados oficiais, intensificam a concentração comercial no entorno do Santuário e revelam um processo de invisibilização estatística que contrasta com a centralidade visível no espaço urbano. Tal seletividade evidencia as disputas entre Igreja, Estado e comerciantes na definição de quem pode ocupar e lucrar com a paisagem religiosa.

A análise parte da compreensão de que o espaço urbano, além de suporte físico, é um produto social, constituído por relações de poder, disputas simbólicas e estratégias de mercado. Nesse sentido, os resultados permitem discutir como a centralidade do Santuário, a presença da feira livre, a reconfiguração simbólica do Rio Paraíba do Sul e a fragmentação dos bairros residenciais se articulam para expressar a disputa territorial entre o sagrado e o profano. A seguir, esses elementos são analisados à luz de Milton Santos, David Harvey, Henri Lefebvre, a fim de compreender de que maneira Aparecida se configura como um território tensionado entre a devoção, o turismo e a mercantilização da fé.

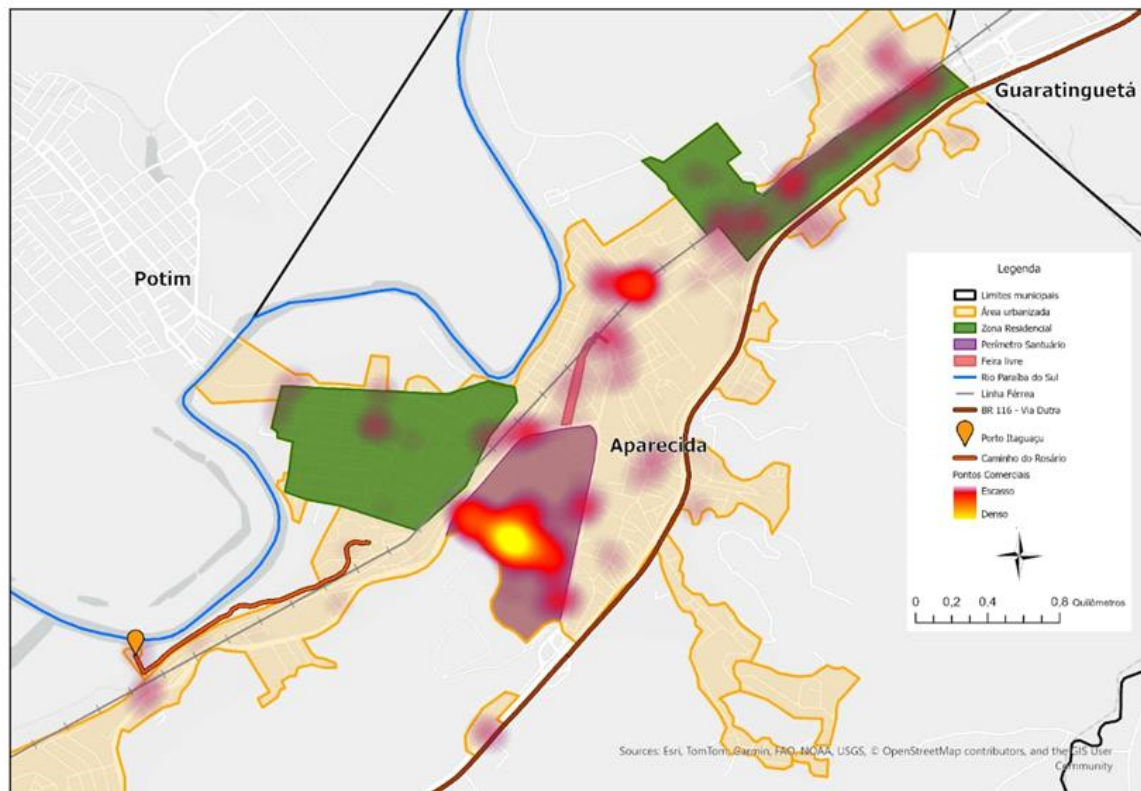


Imagem 1 - Configuração espacial de Aparecida.

Fonte: elaborado pela autoria (2025).

1. A centralidade do Santuário Nacional

O Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida constitui o eixo estruturador da cidade, concentrando fluxos de peregrinos, investimentos públicos e privados, atividades comerciais e práticas religiosas. O mapa elaborado evidencia como a área delimitada pelo Santuário, destacada em lilás, se configura como a principal centralidade urbana, reunindo estacionamentos, centros de acolhimento, áreas de lazer, espaços comerciais e o Caminho do Rosário, que conecta a Basílica ao Porto Itaguaçu. Essa concentração espacial organiza o turismo religioso e redefine a dinâmica socioeconômica da cidade.

A centralidade do Santuário manifesta-se, sobretudo, na concentração de atividades comerciais em seu entorno, imagem 2. Embora os dados oficiais do OpenStreetMap (2025) registrem apenas os estabelecimentos formalizados com CNPJ, as observações de campo indicam a presença expressiva de lojas não formalizadas, ambulantes autorizados pela prefeitura e vendedores não registrados, que intensificam o caráter mercantil do espaço. Essa diversidade de práticas comerciais, invisibilizada nos cadastros oficiais, reforça a ideia de uma economia religiosa híbrida, onde a fé e o consumo se entrelaçam em um contínuo de formalização.



Imagem 2 – Vista para o estacionamento e entorno do Santuário.

Fonte: acervo das autoras (2024).

Nesse contexto, a análise dialoga com a noção de “guerra dos lugares” de Santos (2020), uma vez que o Santuário, como agente hegemônico, atrai investimentos e regula a dinâmica

urbana em função de seus interesses, marginalizando áreas periféricas. Da mesma forma, a reflexão de Harvey (2013) sobre a mercantilização da cidade ajuda a compreender como o território sagrado se converte em mercadoria, atraindo fluxos de capital que se materializam em infraestrutura seletiva. Por sua vez, a perspectiva de Lefebvre (2006) contribui para compreender o Santuário como produtor de um espaço social, onde práticas religiosas, comerciais e turísticas se sobrepõem e disputam significados.

Assim, a centralidade do Santuário Nacional de Aparecida não se limita à sua função religiosa. Ela se desdobra como força organizadora do espaço urbano, intensificando a concentração econômica e simbólica no perímetro sacralizado e reforçando a fragmentação socioespacial da cidade.

2. O espaço do profano e a Feira de Aparecida

A Feira Livre de Aparecida, destacada em rosa no mapa, constitui um dos espaços mais emblemáticos do comércio popular da cidade. Localizada nas imediações do Santuário, ela concentra mais de 2.000 barracas, segundo a Prefeitura Municipal de Aparecida (2025), que oferecem desde artigos religiosos, lembranças e vestuário até alimentos e produtos regionais, como observado na imagem 3. Seu caráter híbrido, que articula o sagrado e o profano, faz da feira um espaço fundamental para a experiência dos romeiros, mas também um ponto de tensão em relação ao controle territorial exercido pela Igreja e pelo poder público.



Imagem 3 – Vista da Feira de Aparecida.

Fonte: acervo das autoras (2025).



Apesar de representar uma manifestação popular enraizada na economia local, a feira não está alheia às dinâmicas de regulação e mercantilização. Observa-se que parte dos comerciantes atua de forma formalizada, com barracas autorizadas pela prefeitura, enquanto outra parcela permanece na informalidade, sem registro oficial. Essa heterogeneidade reproduz a lógica de visibilidade seletiva já identificada no entorno do Santuário: enquanto alguns segmentos têm legitimidade institucional, outros permanecem sob constante ameaça de deslocamento, fiscalização ou exclusão.

Essa dinâmica reflete o que Santos (2020) descreve como a coexistência de um espaço hegemônico, controlado por grandes agentes, no caso, a Igreja e o turismo formalizado, e um espaço banal, constituído pelas práticas cotidianas e populares. A feira representa, assim, uma territorialidade marcada pela resistência cultural e econômica, mas que é, ao mesmo tempo, capturada pela lógica de espetacularização da fé. Para David Harvey (2013), esse processo exemplifica a mercantilização da vida urbana, em que mesmo práticas populares e informais passam a ser incorporadas à lógica do consumo turístico.

Portanto, a feira de Aparecida não deve ser compreendida apenas como espaço marginal ou paralelo ao Santuário, mas como parte constitutiva da disputa territorial entre o sagrado e o profano. Sua presença reafirma a importância do comércio popular na sustentação econômica da cidade, mas também evidencia como esses espaços são constantemente tensionados por políticas de ordenamento e por interesses de agentes hegemônicos, que buscam reorganizar o espaço urbano em função do consumo religioso.

3. Porto Itaguaçu e a reconfiguração simbólica do Rio Paraíba do Sul

O Porto Itaguaçu, localizado às margens do Rio Paraíba do Sul, possui um valor simbólico, por ser o local onde, em 1717, a imagem de Nossa Senhora Aparecida foi encontrada por pescadores. Durante muito tempo, esse espaço manteve-se à margem dos grandes projetos de revalorização urbana, sendo frequentado sobretudo por devotos locais e romeiros em busca de um contato mais direto com a memória fundacional da devoção. No entanto, nos últimos anos, o Porto Itaguaçu foi incorporado ao complexo turístico-religioso do Santuário por meio da construção do Caminho do Rosário, imagem 4, um trajeto monumental que conecta a Basílica ao local do achado (A12, 2018).



Imagem 4 – Trecho do Caminho Rosário.

Fonte: acervo das autoras (2025).

Essa reconfiguração transformou o Rio Paraíba do Sul de simples elemento paisagístico em parte constitutiva do circuito devocional. A paisagem natural passou a ser reinterpretada como espaço sagrado, integrada às práticas de peregrinação e ao consumo religioso. No Porto Itaguaçu, foram implementadas estruturas de acolhimento, jardins temáticos, espaços de oração e atividades turísticas, como o passeio de barco pelo rio, conforme observado na imagem 5. Assim, o que antes representava uma devoção popular espontânea tornou-se um espaço institucionalizado, controlado e inserido na lógica da mercantilização da fé.



Imagem 5 – Vista do Rio Paraíba do Sul.

Fonte: acervo das autoras (2025).

A leitura dessa transformação pode ser compreendida a partir da noção de produção social do espaço de Lefebvre (2006): o rio, antes vivido como território de práticas comunitárias e populares, passa a ser apropriado e ressignificado por agentes institucionais, adquirindo uma nova função simbólica e econômica. Para Harvey (2013), esse processo reflete a urbanização do capital, em que até mesmo a natureza é incorporada à lógica de consumo, transformando-se em mercadoria religiosa. Já na perspectiva de Rosendahl (2008), o Porto Itaguaçu exemplifica como os lugares sagrados não são estáticos, mas constantemente reconstruídos, ressignificados e apropriados em disputas territoriais.

Portanto, o Porto Itaguaçu e o Rio Paraíba do Sul revelam como os espaços fundacionais da devoção podem ser capturados pela institucionalização do sagrado, transformando símbolos de religiosidade popular em atrativos turísticos. Essa reconfiguração ilustra a seletividade do processo de patrimonialização, no qual alguns espaços ganham visibilidade e investimentos, enquanto outros permanecem à margem, reforçando as contradições que atravessam a paisagem religiosa de Aparecida.

4. Fragmentação urbana e periferização

A análise espacial evidencia que, fora do perímetro central sacralizado, a cidade de Aparecida apresenta um quadro de fragmentação urbana. Os bairros periféricos, em sua maioria residenciais, encontram-se distantes das dinâmicas de investimento e circulação associadas ao

turismo religioso, permanecendo à margem da infraestrutura urbana que caracteriza o entorno imediato do Santuário. Serviços públicos, equipamentos de lazer e melhorias urbanísticas concentram-se nas áreas de interesse turístico, enquanto grande parte da população local enfrenta carências de mobilidade, saneamento e acessibilidade.

Essa fragmentação é reforçada por barreiras físicas e simbólicas, como a Rodovia Presidente Dutra e a linha férrea, que separam o “centro turístico-religioso” dos bairros populares, conforme demonstrado na imagem 6. Esses elementos funcionam como limites espaciais que intensificam a segregação socioespacial, criando uma cidade dual: de um lado, o espaço monumental, planejado e embelezado para o consumo religioso; de outro, áreas residenciais marcadas por precariedade e invisibilidade no planejamento urbano.



Imagem 6 – Linha férrea separando o Porto Itaguaçu e o bairro.

Fonte: acervo das autoras (2025).

O conceito de “guerra dos lugares”, de Santos (2020), ajuda a compreender esse processo, uma vez que o espaço urbano é disputado por agentes que priorizam o turismo e a fé institucionalizada em detrimento das necessidades cotidianas da população local. Para Harvey (2013), essa lógica expressa a urbanização orientada pelo capital, em que investimentos se concentram em áreas de retorno econômico imediato, aprofundando desigualdades. Já em diálogo com Lefebvre (2008), a fragmentação de Aparecida pode ser lida como a negação do “direito à cidade” aos moradores periféricos, cujas demandas permanecem subordinadas à lógica do turismo religioso.

A periferização funcional da população local revela, portanto, a face mais aguda da disputa territorial em Aparecida. Enquanto o Santuário e seus arredores são constantemente requalificados, os bairros periféricos permanecem como espaços invisíveis às políticas urbanas estruturais. Essa seletividade no planejamento urbano aprofunda as contradições entre o



sagrado e o profano, mostrando que a devoção, ao mesmo tempo em que organiza a cidade, também contribui para a produção de desigualdades socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cidade de Aparecida permitiu compreender que sua configuração urbana não é homogênea nem neutra, mas resultado de disputas territoriais que articulam fé, mercado, Estado e comunidade local. O objetivo central de discutir a tensão entre o sagrado e o profano revelou-se pertinente ao evidenciar como o Santuário Nacional exerce papel hegemônico, concentrando fluxos de investimentos, infraestrutura e atividades comerciais em seu entorno imediato.

Os resultados apontam que a centralidade do Santuário, ao mesmo tempo em que organiza o turismo religioso e impulsiona a economia urbana, produz uma seletividade espacial que intensifica desigualdades. A feira livre e o comércio popular, embora constituam parte fundamental da experiência dos romeiros, encontram-se submetidos a tensões regulatórias e à lógica do consumo religioso. Já o Porto Itaguaçu e o Rio Paraíba do Sul exemplificam a reconfiguração simbólica de espaços fundacionais da devoção, incorporados à monumentalidade turística e institucional da fé. Por outro lado, os bairros periféricos permanecem à margem das políticas urbanas estruturais, revelando a fragmentação socioespacial e a periferização funcional que marcam a vida cotidiana dos moradores locais.

Do ponto de vista teórico, a investigação reforça a atualidade da contribuição de Milton Santos para compreender a “guerra dos lugares” e a seletividade territorial, de David Harvey para problematizar a mercantilização da cidade e de Henri Lefebvre para pensar o espaço como produto social e reivindicar o direito à cidade.

Do ponto de vista prático, os achados reforçam a necessidade de pensar o planejamento urbano em cidades de turismo religioso como Aparecida de forma mais inclusiva e integrada, que considere os fluxos turísticos e as demandas da população residente. Políticas públicas que articulem Igreja, Estado e comunidade local podem contribuir para mitigar desigualdades, valorizar identidades locais e promover um desenvolvimento urbano mais equilibrado entre o econômico, o cultural e o social.

Por fim, este estudo também abre caminhos para pesquisas futuras. Investigações qualitativas que incluam entrevistas com moradores e comerciantes, análises comparativas com outros destinos de turismo religioso na América Latina ou mesmo estudos longitudinais sobre transformações no espaço urbano de Aparecida podem aprofundar a compreensão dessas



disputas. Nesse sentido, Aparecida se mostra como um caso exemplar para pensar as relações entre religiosidade, urbanização e produção desigual do espaço nas cidades contemporâneas.

REFERÊNCIAS

A12, Portal. Caminho do Rosário é inaugurado no mês da Padroeira do Brasil. Aparecida: **Portal A12**, 2018. Disponível em: <https://www.a12.com/santuاريو/noticias/caminho-do-rosario-e-inaugurado-no-mes-da-padroeira-do-brasil>. Acesso em: 10 set. 2025.

ALVAREZ, R.. Aparecida: a biografia da santa que perdeu a cabeça, ficou negra, foi roubada, cobiçada pelos políticos e conquistou o Brasil. 2. Ed. 2 reimpr. São Paulo: **Globo Livros**, 2017.

BRUSTOLONI, J.. História abreviada do Santuário de Aparecida. São Paulo: **Editora Santuário**, 2010.

CLAVAL, P.. A geografia cultural. Florianópolis: **Ed. da UFSC**, 1999.

HARVEY, D.. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2013.

HARVEY, D.. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: **Edições Loyola**, 2006.

LEFEBVRE, H.. A produção do espaço. Tradução de Doralice Barros Pereira. 5. ed. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2006.

LEFEBVRE, H.. O direito à cidade. 14. ed. Rio de Janeiro: **Editora Livros do Brasil**, 2008.

OPENSTREETMAP. Point of interest (POI). Disponível em: <https://www.arcgis.com/home/item.html?id=7da602085efe4f4e9a918d418c70f140>. Acesso em: 06 set. 2025.

PREFEITURA Municipal de Aparecida. Feira Livre de Aparecida. Aparecida: **Prefeitura Municipal**, 2025 Disponível em: <https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/turismo/0/9/2703/feiralivre-deaparecida#:~:text=A%20Feira%20livre%20funciona%20nos,a%20curtir%20este%20ponto%20tur%C3%ADstico..> Acesso em: 27 jun. 2025.

PREFEITURA Municipal de Aparecida. Plano Diretor Revisional. Aparecida: **Prefeitura Municipal**, 2021. Disponível em: https://www.aparecida.sp.gov.br/portal/leis_decretos/17702/ Acesso em: 21 abr. 2025.

ROSENDAHL, Z.. Espaço e Religião: uma abordagem geográfica. 2. ed. Rio de Janeiro: **EdURJ**, 2008.

SANTOS, M.. A natureza do espaço. 4. ed. São Paulo: **Edusp**, 2020.

TUAN, Y.F.. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: **Difel**, 1980.